

## **SEGUNDO TURNO.**

**IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,**

Professor Emérito das Universidades Mackenzie, Paulista e Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e do Centro de Extensão Universitária - CEU.

Duas propostas diferentes de governo estão colocadas em debate, na escolha para Presidente da República, perante o eleitorado brasileiro.

De um lado, o carismático Lula -que mal se comparou com o não diplomado Machado de Assis, visto que este sabia ler e escrever- e, de outro lado, o não carismático José Serra. A biografia dos dois mostra que, um deles, sabe arrebatrar platéias e agradar a todos (Lula); o outro, demasiadamente técnico, a poucos comove (Serra). Mostra, também, que um tem uma notável folha de serviços prestados ao país, tendo sido o melhor Ministro da Saúde de sua história, sobre ser pós-graduado no exterior e dono de invejável cultura econômica. Além disso, sua atuação no Executivo e Legislativo denota que conhece profundamente os problemas brasileiros (Serra). O outro, dirigiu um sindicato --o que não é difícil, visto que, com os recursos recebidos das contribuições sindicais, qualquer pessoa pode dirigir uma agremiação oficial-- e foi deputado federal, sem ter deixado marca significativa de sua passagem pelo Congresso. Viveu durante anos em casa cedida por empresário conhecido por prestar, habitualmente, serviços às

administrações do PT, e hoje é sustentado pelo Partido (Lula). Do primeiro, portanto, é possível aquilatar realizações; quanto ao segundo, é impossível fazer qualquer previsão, porque nunca exerceu qualquer função administrativa, dirigiu companhia privada ou estatal ou desempenhou cargos de comando nos executivos municipal, estadual ou federal.

Se, quanto ao carisma, Lula leva a melhor, quanto à experiência Serra é superior.

As propostas de cada um também não se assemelham. Serra sabe da importância do sistema financeiro e da necessidade de atrair investimentos estrangeiros, devendo conviver sem dificuldades com os humores do mercado. Tem, contudo, diferentemente do governo atual, uma preocupação maior com o fortalecimento da empresa nacional, além de oferecer proposta de reforma tributária mais consistente. Repetidas vezes, conversamos, quando da publicação de artigos meus sobre a política econômica de Fernando Henrique, e sempre nos afinamos muito mais do que eu me sentia sintonizado com o governo atual.

Uma política tributária correta e um tratamento do sistema financeiro adequado, com respeito ao contrato e ao patrimônio mobiliário, além de proteção às empresas autenticamente nacionais, são metas positivas de seu governo, teses que sempre defendi e que ele sempre defendeu.

A proposta de Lula me preocupa, visto que alguns pontos me parecem inconciliáveis. Não vejo como se possa tributar ainda mais o patrimônio e a renda, com os impostos sobre grandes fortunas e

sucessões, sem estimular a fuga de recursos para fora do país e desestimular a poupança e o investimento.

No mundo inteiro, mesmo nos países mais desenvolvidos, em que existem, efetivamente, grandes fortunas, um imposto desta natureza ou não existe ou é inexpressivo, pelo reflexo deletério e corrosivo que produz sobre quem pode investir ou poupar. Funciona, além disto, como um estimulador da gastança, podendo gerar inflação de demanda de difícil controle.

Por outro lado, o silêncio tático do MST –as invasões de terras foram suspensas para facilitar a subida do candidato dos sem-terra—deverá acabar se Lula for eleito, razão pela qual receio que a garantia que Ronald Coase, prêmio Nobel de Economia, apontou como exigência para a estabilidade econômica do mercado (regras jurídicas confiáveis) não existirá, no governo de Lula.

Por fim, não se sabe que corrente do PT prevalecerá no governo Lula, se a dos moderados ou se a dos radicais. E como qualquer que seja o governo, os primeiros tempos serão difíceis, eventual frustração inicial de expectativas poderá gerar a busca de “bodes expiatórios” e a ascensão dos radicais.

De qualquer forma, as bases para a escolha do futuro Presidente pelos brasileiros estão lançadas. Depois não poderão reclamar, se os resultados da escolha não forem aqueles com os quais sonhavam.

São Paulo, 11 de outubro de 2002.

IGSM/mos

A2002-98 SEGUNDO TURNO